

Promoção de resultados sensíveis ao gênero e às crianças em programas de transferência de renda: uma análise de diferentes estratégias na administração de programas

Raquel Tebaldi, Anne Esser e Anna Davies Davidsen ¹

1 Introdução

As características sensíveis ao gênero e às crianças de programas de transferência de renda (PTR) têm o objetivo de, por um lado, melhorar o investimento em capital humano e, portanto, abordar o ciclo intergeracional de pobreza; e, por outro, promover o empoderamento econômico e social das mulheres, bem como a igualdade de gênero. Este *Policy Research Brief* busca apresentar diversas estratégias que foram adotadas na administração de programas, ligando características diferentes de PTRs com evidências de seus resultados sensíveis ao gênero e às crianças.

É importante enfatizar que esse documento não pretende fornecer recomendações sobre políticas. Fatores contextuais são preponderantes para a eficácia de PTRs. Assim, normas socioculturais, contexto político, recursos e atores envolvidos têm de ser levados em consideração antes do projeto e implementação de programas, por meio de uma aprofundada análise sensível ao gênero sobre vulnerabilidade. Ademais, o caráter multidimensional das desigualdades socioeconômicas e de gênero e as várias maneiras pelas quais elas limitam as oportunidades disponíveis às pessoas exigem uma abordagem sistemática, que vai além do que PTRs individuais são capazes de alcançar.

De qualquer maneira, o foco deste artigo em características individuais destaca a importância de serem considerados os resultados e os impactos potenciais (tanto positivos quanto negativos) dos programas durante cada passo de seu desenho e implementação. Apresentamos uma seleção de características de programas e um resumo de resultados sensíveis ao gênero e às crianças, com base em uma análise sistemática (porém não exaustiva) da literatura sobre etapas programáticas em PTRs, incluindo publicações acadêmicas e institucionais dos últimos 15 anos (2002-2017). A análise envolveu três passos: i) identificação de características programáticas sensíveis ao gênero e às crianças; ii) análise de casos e exemplos que aplicaram uma característica identificada; e iii) verificação que as características de casos e exemplos levaram a resultados sensíveis ao gênero e às crianças, tanto qualitativos quanto quantitativos. A Tabela 1 fornece uma visão geral das características de PTRs, analisadas em diferentes fases/áreas da administração de programas, bem como os respectivos resultados. Esses resultados serão discutidos com maior detalhe na próxima seção.

2 Estratégias para a promoção de resultados sensíveis ao gênero e às crianças em PTRs

A redução de obstáculos desnecessários é fundamental para aprimorar os resultados sensíveis ao gênero e às crianças no processo de matrícula e registro nos PTRs. Nesse sentido, exigir a certidão de nascimento e a prova de identificação em contextos em que tais documentos não são facilmente obtidos (especialmente no caso de órfãos) iria contra esse objetivo. Promover o registro de nascimento e a oportunidade de se obter identificação civil como um serviço gratuito aos beneficiários é, entretanto, especialmente importante para que crianças e mulheres possam acessar serviços e programas públicos (NEWTON, 2016; ROELEN; SABATES-WHEELER, 2012; CONCERN; OXFAM, 2011; HOLMES; JONES, 2010a). A identificação biométrica, *smart cards* ou identificação fotográfica podem também ser usadas para alcançar pessoas que se mudam frequentemente de residência e que não possuem identificação civil. E as agências locais e organizações da sociedade civil podem auxiliar no acompanhamento de beneficiários em potencial e atuar como pontos de registro (GARCIA; MOORE, 2012).

TABELA 1

Visão geral das características de programas de transferência de renda

	Características sensíveis ao gênero e às crianças	Resultados sensíveis ao gênero e às crianças
Inscrição e registro	Identificação biométrica, <i>smart cards</i> ou identificação fotográfica	Alcance de pessoas cuja residência é mudada frequentemente ou aqueles que não possuem identificação civil
	Envolvimento de agências/organizações locais para auxiliar a identificação de beneficiários em potencial e alcançá-los	Ampliação da cobertura e alcançar os mais vulneráveis
Modalidades de pagamento e mecanismo de entrega	Disponibilidade de pontos de entrega perto dos lares dos beneficiários	Redução de empecilhos adicionais advindos da necessidade de transporte
	Colaboração com os correios para entrega	Redução de empecilhos adicionais no recebimento do benefício e da prevenção de estigma
	Pagamentos eletrônicos	Maior segurança e transparência, redução no estigma, melhor custo-benefício, aprimoramento da regularidade e previsibilidade nos pagamentos e inclusão financeira
	Maior tempo de exposição	Mais anos de educação, efeitos positivos nos indicadores antropométricos das crianças, maiores gastos com alimentos, melhoria na saúde, maiores taxas de uso de anticoncepcionais e menor probabilidade de gravidez e casamento precoce
	Entrega por telefone celular	Aborda as questões de mobilidade e tempo restrito, alcançando mulheres em localizações remotas
	Pagamentos regulares e previsíveis	Nivelamento do consumo, promoção do investimento, prevenção de estratégias negativas de sobrevivência, aumento do consumo médio
Condicionalidades e campanhas de sensibilização	Sessões extracurriculares	Aumento da frequência escolar e da redução do trabalho infantil
	Treinamento para maior sensibilidade a respeito da desigualdade de gênero, incluindo homens e comunidades	Prevenção de reações negativas a mudanças nos domicílios e estímulos a discussões sobre igualdade de gênero
	Consultas com beneficiários para estabelecer responsabilidades	Promoção de inclusão dos beneficiários e do seu poder decisório no desenho de programas
	Condicionamento dos benefícios à frequência escolar e/ou exames médicos	Melhoria na frequência escolar e redução da lacuna de gênero na educação; maior utilização dos serviços de saúde por mulheres beneficiárias
Serviços relacionados de saúde e encaminhamento	Treinamento financeiro, treinamento técnico, qualificações profissionais, habilidades de procura de emprego, treinamento em ocupações tipicamente masculinas	Promoção do desenvolvimento de habilidades; questionamento das divisões tradicionais do trabalho por gênero
	Seguro-saúde gratuito	Ampliação da cobertura do Sistema de Saúde e redução das despesas pessoais dos beneficiários com saúde
	Serviços jurídicos e informação sobre cidadania e políticas públicas	Abordagem de questões de violência doméstica e sexual e promoção da educação sobre direitos
	Promover o registro de nascimento ou identificação civil	Remoção de obstáculos para ingresso no programa; melhoria do acesso a serviços sociais e outros programas; promoção da independência para o beneficiário usar sua própria identificação
	Fornecimento de serviços de creche	Promoção da participação das mulheres no mercado de trabalho
	Apoio psicossocial, visitas domésticas	Promoção do acesso de beneficiários a serviços sociais

Fonte: Elaboração dos autores, com base na análise da literatura.

O nível dos benefícios varia, enormemente, de acordo com o país. Entretanto, é importantíssimo que os pagamentos sejam regulares e previsíveis para padronizar o consumo dos beneficiários, prevenir estratégias negativas de sobrevivência e facilitar o planejamento e o investimento no longo prazo (BASTAGLI et al., 2016; UNICEF, 2015; AIR, 2014). Maior período de tempo para a entrega dos benefícios também provavelmente contribuirá para a melhoria de indicadores de saúde, além de promover maior gasto com alimentos e menor probabilidade de casamento e gravidez precoces, como maiores taxas de uso de anticoncepcionais e mais anos de educação (BASTAGLI et al., 2016; VILLA, 2014). Transferências maiores também podem levar a resultados positivos, apesar de esse fato ter sido ligado à violência de gênero (BASTAGLI et al., 2016), o que chama a atenção para a importância de uma análise prévia e detalhada de vulnerabilidade. Os mesmos autores indicam também que o timing das transferências pode ser relacionado a resultados de gastos (por exemplo, fornecer uma quantia fixa no começo do ano escolar e observar maiores investimentos na educação), porém mais evidências são necessárias a respeito desse fato (*ibid.*).

Quanto às formas de pagamento, as vantagens das transferências eletrônicas de renda incluem mais segurança, menos estigmatização pelas filas para receber dinheiro, maior transparência, melhor custo-benefício e oportunidade de acessar outros serviços bancários (SAVE THE CHILDREN; UNICEF, 2017). Em alguns casos, podem até melhorar as chances dos beneficiários de manterem o controle da transferência: por exemplo, o programa Aïn El-Sira, no Egito, transferiu os benefícios diretamente às contas bancárias das mulheres para evitar qualquer apropriação indevida (NEWTON, 2016). A entrega por telefone celular também pode ajudar a enfrentar as limitações temporais e de mobilidade dos beneficiários, além de alcançar mulheres em locais remotos (CONCERN; OXFAM, 2011). Aker et al. (2015) também relataram maior efeito positivo na diversidade alimentar e na nutrição das crianças entre as beneficiárias no Níger que receberam transferências por meio de celulares. Este é um possível resultado da economia de tempo ocasionada por tal método de transferência, bem como de maior controle sobre os recursos, por parte das mulheres. Em lugares onde o pagamento eletrônico não está disponível, pontos de coleta devem estar perto dos lares dos beneficiários, de preferência. Caso contrário, os beneficiários podem sofrer restrições financeiras adicionais advindas da coleta do benefício. Para abordar essa questão nas Filipinas, beneficiários do programa de transferência condicionada de renda 4Ps em áreas muito remotas podem receber um pagamento adicional para cobrir essas despesas (ISPA, 2015). Finalmente, o programa *Benazir Bhutto Income Support Programme* (BISP), reconhecendo a mobilidade restrita e pobreza temporal das mulheres rurais, entregou seus benefícios por meio dos serviços postais do Paquistão (HOLMES; JONES, 2010b).

“Condicionalidades” ou “corresponsabilidades” estão ligadas à provisão de transferências de renda voltadas às crianças, para promover certos resultados desejáveis que geralmente estão ligados à saúde materna, bem como saúde e educação infantis. Condicionar as transferências de renda à realização (ou não) de certas atividades por parte dos beneficiários é um debate sobre políticas muito relevante; diz respeito diretamente aos interesses das mulheres, uma vez que elas são geralmente

responsáveis por seu cumprimento como recebedoras dos benefícios. Em termos gerais, a crítica feminista a esse componente inclui os seguintes pontos: i) as condicionalidades reforçam papéis tradicionais de gênero e impõem tarefas demoradas a mulheres que já são especialmente pobres de tempo (UN WOMEN, 2015); ii) não há um consenso final a respeito da necessidade de condicionalidades para que se alcancem os objetivos dos programas (em comparação com programas de transferência não condicionada de renda – PTNCR, “condicionalidades leves” ou transferências “identificadas” de renda); iii) há custos administrativos para aplicar as condicionalidades, que variam de acordo com o país e que podem pesar mais que seus possíveis efeitos benéficos; iv) em países onde há escassez e/ou baixa qualidade de serviços, os beneficiários precisam contrair prejuízos financeiros e de tempo para acessá-los, mesmo assim se arriscando a serem maltratados pelos provedores de tais serviços; e v) elas permitem o abuso de poder por parte das autoridades, que pode assumir a forma de “condições extraoficiais”, geralmente atividades custosas, estigmatizantes e potencialmente perigosas (COOKSON, 2017). Ademais, programas de transferência condicionada de renda (PTCR) nem sempre produzem os melhores resultados para as crianças. Roelen e Sabates-Wheeler (2012) destacam os casos do Brasil, em que os resultados nutricionais de crianças beneficiárias de tais programas não foram tão satisfatórios quanto aqueles que se beneficiam de programas não condicionados, e da Colômbia, onde havia risco de maior trabalho infantil para crianças não beneficiárias em agregados familiares contemplados por PTCRs.

Com efeito, estudos mais aprofundados são necessários para avaliar se condicionalidades punitivas são realmente mais eficazes que simplesmente uma mensagem mais clara sobre os objetivos dos programas (BASTAGLI et al., 2016). Pellerano e Barca (2016) também argumentam que qualquer análise prévia sobre a utilidade e pertinência de condicionalidades em dado contexto precisa considerar se formas mais “leves” de condicionalidades (incluindo uma comunicação clara sobre os objetivos do programa aos beneficiários, ou o que tem sido comumente descrito como “transferências identificadas de renda”) poderiam alcançar os mesmos objetivos, bem como uma análise dos obstáculos que podem existir ao acesso a serviços sociais direcionados. As evidências disponíveis até agora indicam que a escolha por implementar (ou não) condicionalidades não leva a resultados distintos (apesar de os modelos não estarem claros ainda) e que, em alguns casos, as condicionalidades podem acarretar também efeitos não intencionais ou não esperados (BASTAGLI et al., 2016), incluindo alguns potencialmente positivos, desde uma perspectiva feminista. Alguns estudos apontam para o fato de que condicionalidades podem trabalhar a favor de crianças marginalizadas, que não poderiam normalmente estar matriculadas na escola ou ter o mesmo acesso a serviços de saúde. Portanto, por considerar a educação e saúde de meninos e meninas em pé de igualdade, as condicionalidades podem promover a igualdade de gênero em alguns contextos, bem como abordar questões como o casamento infantil (SABATES; ROELEN, 2011; SEKHER, 2012).

Foi observada melhoria na frequência escolar, em conexão com PTCRs em muitos países, e Sanfilippo, Neuborg e Martorano (2012) também ressaltam o caso do Programa de Erradicação do

Trabalho Infantil do Brasil, que focalizou áreas rurais e levou a uma melhoria na frequência escolar e redução no trabalho infantil, em consequência de palestras após o período letivo. O Projeto de Assistência Escolar para Mulheres, em Bangladesh, e o Programa de Bolsa Escolar para Mulheres em Punjab são exemplos de programas que alcançaram resultados positivos na redução da disparidade entre os gêneros na educação (CHAUDHURY; PARAJULI, 2006; WORLD BANK, 2010). Finalmente, em termos de saúde materna e dos recém-nascidos, as condicionalidades têm sido associadas à maior utilização de serviços de saúde por mulheres beneficiárias e assistência capacitada na entrega. Contudo, mais estudos se fazem necessários para investigar e relação entre PTCRs e seus resultados relacionados à saúde (FULTZ; FRANCIS, 2013; GLASSMAN et al., 2013).

As condicionalidades também podem ser projetadas mediante consultas com beneficiários, para promover sua participação e poder de decisão no programa, como exemplificado pelo piloto do PTCR egípcio Ain El-Sira (UM WOMEN, 2015). Programas de sensibilização podem buscar promover debates sobre a igualdade de gênero e prevenir reações negativas diante de mudanças nos agregados familiares (NEWTON, 2016). O PROMUNDO no Brasil, por exemplo, implementa um complemento ao Programa Bolsa Família que estimula homens e mulheres a refletirem sobre a dinâmica de poder em seus relacionamentos, mediante sessões de grupo, com o objetivo de prevenir qualquer potencial violência de gênero.² Estudos mais aprofundados são necessários, portanto, para se entender quando e como as condicionalidades podem empoderar os beneficiários de PTCR e como tais programas podem incluir os pais em termos mais igualitários, no que diz respeito às responsabilidades de criar seus filhos e filhas.

Finalmente, serviços relacionados de saúde e de encaminhamento são cruciais para a superação dos vários obstáculos enfrentados pelos beneficiários, bem como para a ampliação dos possíveis impactos positivos de programas de transferência de renda. Esse entendimento está embutido na abordagem “cash plus” (ROELEN et al., 2017), que muitos PTRs já adotam, buscando promover ligações entre vários setores de serviços. Por exemplo, os beneficiários do programa *Livelihood Empowerment Against*

Poverty (LEAP), em Gana, são automaticamente cobertos por seguro-saúde gratuito, o que efetivamente reduziu seus gastos nessa área (*ibid.*). Ademais, em alguns lugares da América Latina (por exemplo, Brasil, Chile Colômbia), PTRs têm sido complementados por ou integrados em: suporte psicossocial (para melhorar o acesso de beneficiários a serviços); serviços jurídicos para abordar questões de violência doméstica e sexual; e conexões com serviços financeiros, para melhorar a inclusão financeira das mulheres (*ibid.*, NEWTON, 2016). Além disso, para promover a participação das mulheres no mercado de trabalho, alguns países introduziram serviços públicos de creche (por exemplo, Brasil, Chile e México). O programa brasileiro Chapéu de Palha Mulher³ fornece aulas sobre cidadania e políticas públicas, treinamento em profissões tipicamente praticadas por homens para desafiar as divisões estereotípicas tradicionais nas ocupações e serviços de creche durante as sessões de treinamento. E o Ingreso Ético Familiar, no Chile, fornece oportunidades de treinamento para melhorar a empregabilidade de seus beneficiários (FULTZ; FRANCIS, 2013; UN WOMEN, 2015).

3 Conclusões

As transferências de renda são ferramentas cada vez mais populares para a redução da pobreza e apresentam resultados importantes em resposta às necessidades mais urgentes das crianças e das mulheres. Apesar de esses programas funcionarem de acordo com as restrições impostas pelos próprios contextos socioculturais e institucionais, o que pode limitar seu potencial transformador, vários fatores podem ser levados em consideração para evitar que esses programas tenham impactos negativos nos grupos mais vulneráveis e para aumentar as chances de impactos positivos no que diz respeito aos vários obstáculos e à desigualdade vivenciados por seus beneficiários. ■

1. Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG).
2. Ver <<https://promundoglobal.org/programs/bolsa-familia-companion-program/>>.
3. Chapéu de Palha Mulher é um PTCR lançado em 2007, com o foco em agregados familiares rurais, no Estado de Pernambuco.

Referências:

AKER, J. C.; BOUMNIJEL, R.; MCCLELLAND, A.; TIERNEY, N. “Payment mechanisms and anti-poverty programs: Evidence from a mobile money cash transfer experiment in Niger.” *Working Paper*. Cambridge, MA: Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab, 2015. Disponível em: <<https://www.povertyactionlab.org/evaluation/payment-mechanisms-and-anti-poverty-programs-evidence-mobile-money-cash-transfer>>. Acesso em: 20 set. 2017.

AIR. *Zambia's Child Grant Program: 36-Month Impact Report*. Washington, D. C.: American Institutes for Research, 2014. Disponível em: <http://www.air.org/sites/default/files/downloads/report/RCT%20of%20SCTs_CGP_36_month_report_Official.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

BASTAGLI, F.; HAGEN-ZANKER, J.; HARMAN, L.; BARCA, V.; STURGE, G.; SCHMIDT, T. *Cash Transfers: What Does the Evidence Say?* London: Overseas Development Institute, 2016. Disponível em: <<https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/resource-documents/11316.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

CHAUDHURY, N.; PARAJULI, D. “Conditional Cash Transfers and Female Schooling: The Impact of the Female School Stipend Program on Public School Enrollments in Punjab, Pakistan.” *World Bank Policy Research Paper*, n. 4102. Washington, D. C.: World Bank, 2006. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/865111468091796792/pdf/wps4102.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

CONCERN AND OXFAM. *Walking the Talk: Cash Transfers and Gender Dynamics*. Dublin and Oxford: Concern Worldwide and Oxfam, 2011. Disponível em: <<http://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/walking-the-talk-cash-transfers-and-gender-dynamics-131869>>. Acesso em: 20 set. 2017.

COOKSON, T. P. “The unseen gender impact of conditionality: extra-official conditions.” *IPC-IG One Pager* 345. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2017. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/eng/OP345_The_unseen_gender_impact_of_conditionality.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

FULTZ, E.; FRANCIS, J. “Cash Transfer Programmes, Poverty Reduction and Empowerment of Women: A Comparative Analysis.” *GED Working Paper* 4/2013. Geneva: International Labour Organization, 2013. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---gender/documents/publication/wcms_233599.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

GARCIA, M.; MOORE, C. M. T. *The Cash Dividend – The Rise of Cash Transfer Programs in Sub-Saharan Africa*. Washington, D. C.: World Bank, 2012. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/2246/672080PUB0EPI0020Box367844B09953137.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 set. 2017

GLASSMAN, A.; DURAN, D.; KOBLINSKY, M. "Impact of Conditional Cash Transfers on Maternal and Newborn Health." *CGD Policy Paper* 019. Washington, D. C.: Center for Global Development, 2013. Disponível em: <<https://www.cgdev.org/sites/default/files/impact-conditional-cash-transfer-health.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

HOLMES, R.; JONES, N. *How to Design and Implement Gender-Sensitive Social Protection Programmes*. London: Overseas Development Institute, 2010a. Disponível em: <<https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/6262.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. "Rethinking Social Protection Using a Gender Lens." *ODI Working Paper*, n. 320. London: Overseas Development Institute, 2010b. Disponível em: <<https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/6273.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

INTER-AGENCY SOCIAL PROTECTION ASSESSMENTS (ISPA). "Social Protection Payment Delivery Mechanisms." *'What Matters' Guidance Note*. Washington, D. C.: World Bank Inter-Agency Social Protection Assessments, 2015. Disponível em: <<http://ispatools.org/tools/payments-what-matters.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

NEWTON, J. *Making Social Protection Gender Sensitive for Inclusive Development in Sub-Saharan Africa*. Leiden: INCLUDE, 2016. Disponível em: <<http://includeplatform.net/wp-content/uploads/2016/01/INCLUDE-GRF-Newton-Making-Social-Protection-Gender-Sensitive.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

PELLERANO, L.; BARCA, V. "The conditions for conditionality in cash transfers." *IPC-IG One Pager* 317. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2016. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/eng/OP317_The_conditions_for_conditionality_in_cash_transfers.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

ROELEN, K.; SABATES-WHEELER, R. "A Child-Sensitive Approach to Social Protection: Serving Practical and Strategic Needs." *Journal of Poverty and Social Justice* 20(3): 291-306, 2012. Disponível em: <<http://www.ids.ac.uk/files/dmfile/ACHildSensitiveApproachtoSocialProtection.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

ROELEN, K.; DEVEREUX, S.; ABDULAI, A.-G.; MARTORANO, B.; PALERMO, T.; RAGNO, L. P. "How to Make 'Cash Plus' Work: Linking Cash Transfers to Services and Sectors." *Working Paper* WP-2017-10, 2017. Florence: UNICEF Innocenti Office of Research. Disponível em: <<https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/IDS%20WP%20CORRECTED%20Sept%202017.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

SABATES-WHEELER, R.; ROLEEN, K. "Transformative social protection programming for children and their carers: a gender perspective." *Gender & Development* 19(2): 179-194, 2011. DOI: 10.1080/13552074.2011.592629.

SANFILIPPO, M.; NEUBOURG, C. de; MARTORANO, B. "The Impact of Social Protection on Children." *Working Paper* WP-2012-06. Florence: UNICEF Office of Research, 2012. Disponível em: <https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/iwp_2012_06.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

SAVE THE CHILDREN AND UNICEF. *Adaptation and response for children affected by droughts and disasters: How National Social Protection Systems are Responding to El Niño in Eastern and Southern Africa, with a particular focus on Ethiopia, Lesotho, Malawi, Zambia and Zimbabwe*. Washington, D. C./ New York: Save the Children and UNICEF, 2017. Disponível em: <https://resourcecentre.savethechildren.net/node/12088/pdf/el_nino_advocacy_paper_4web.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

SEKHER, T. V. "Ladlis and Lakshmis: Financial Incentive Schemes for the Girl Child." *Review of Women's Studies, Economic & Political Weekly* 47(17), 28 April, 2012. Disponível em: <http://socialprotection.org/sites/default/files/publications_files/CCT-EPW-TVSekher-2012.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). *Social Cash Transfers and Children's Outcomes – A Review of Evidence from Africa*. New York: UNICEF, 2015. Disponível em: <https://www.unicef.org/esaro/Social_Cash_Transfer_Publication_ESARO_December_2015.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

UN WOMEN. "Progress of the World's Women 2015-2016." *UN Women website*, 2015. Disponível em: <<http://progress.unwomen.org>>. Acesso em: 20 set. 2017.

VILLA, J. M. "The Length of Exposure to Antipoverty Transfer Programmes: What is the relevance for Children's Human Capital Formation?" *BWPI Working Paper*, n. 206. Manchester: Brooks World Poverty Institute, 2014. Disponível em: <<http://hummedia.manchester.ac.uk/institutes/gdi/publications/workingpapers/bwpi/bwpi-wp-20614.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

WORLD BANK. *Female secondary school assistance project, Bangladesh*. Washington, D. C.: World Bank, 2010. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTEMPowerment/Resources/14828_Bangladesh-web.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

As opiniões expressas neste resumo são dos autores e não necessariamente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ou do Governo do Brasil.

Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo

SBS, Quadra 1, Bloco J, Ed. BNDES, 13º andar
70076-900 Brasília, DF - Brasil
Telefone: +55 61 2105 5000

ipc@ipc-undp.org ■ www.ipcig.org



